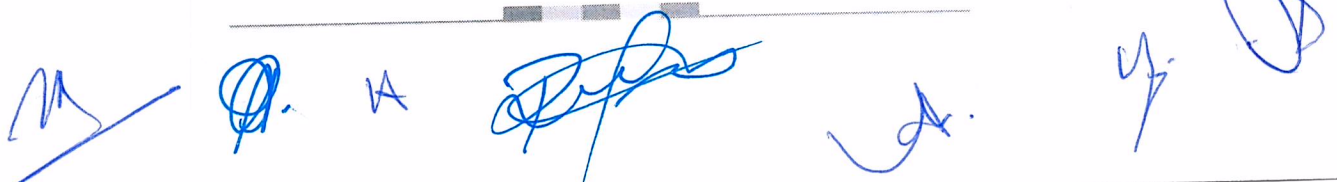


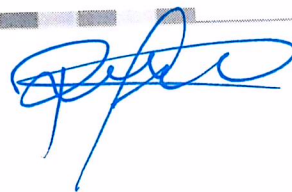
ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às quinze horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho de Administração do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, na sala de reuniões do Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para realização da Nona Reunião Ordinária, sob a Presidência do Senhor OSNEI OKUMOTO, Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 1º de janeiro de 2019, publicado no DODF Edição Extra Especial n.º 01, de 1º de janeiro de 2019. Presentes os Conselheiros: JOSÉ TADEU DOS SANTOS PALMIERI (Membro Titular); LUIZ ANTONIO BUENO LOPES (Membro Titular); LUDMILLA FIGUEIREDO DE LIMA (Membro Titular); SÉRGIO LUIZ DA COSTA (Membro Titular); MARCOS DE SOUSA FERREIRA (Membro Titular); WANDERLEY FERREIRA NUNES (Membro Titular); RAIMUNDO NONATO LIMA (Membro Suplente); ANDRESSA BOLZAN DEGAUT (Membro Suplente); ARTUR FELIPE SIQUEIRA DE BRITO (Membro Suplente); NILCEU JOSÉ OLIVEIRA (Membro Suplente); EDUARDO REGIS MELO FILIZZOLA (Membro Suplente); o senhor FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Diretor-Presidente do IGESDF); senhor MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE (Diretor de Apoio Operacional do IGESDF); senhora JANAÍNA RAMOS DE MIRANDA (Diretora Vice-Presidente do IGESDF); senhor EVERTON MACÊDO SILVA (Diretor de Ensino e Pesquisa do IGESDF); senhora NADJA CARVALHO (Diretora de Atenção Pré- Hospitalar Fixa do IGESDF); senhor JOÃO CARLOS DE AGUIAR NASCIMENTO (Superintendente de Economia e Finanças IGESDF), senhora VALDA CESAR (Superintendente de Desenvolvimento de Pessoas IGESDF); senhora CARLA PACHECO (Chefe de Gabinete); senhora ANA CAROLINE MILHOMENS (Assessora Jurídica do IGESDF), participaram também as senhoras CLAUDIA LISBOA e EMANUELA FERRAZ. A Reunião iniciou-se às 16h05min – Eu, ROSIANE PACHECO, Secretária Executiva do Conselho de Administração do IGESDF, fiz a abertura dos trabalhos da mesa, cumprimentando todos e transmitindo algumas informações, na seqüência passei a palavra para o Dr. OSNEI OKUMOTO Presidente do Conselho que verificando o quórum, cumprimentou a todos e informou da solicitação de desligamento da Senhora RAQUEL MOTTA DOS REIS – Membro Suplente – Vaga de trabalhadores ocupante de cargo e emprego de nível superior da área da saúde IHBDF, em virtude de mudança de lotação conforme portaria 25 de 28 de março de 2019 da Controladoria Setorial da Saúde, comunicando que daria início ao processo de sua substituição, em seguida Dr. OSNEI informou sobre a Pauta da Reunião “Terceiro Termo Aditivo” e transmitiu a palavra para Dra. JANAÍNA que deu início a suas explicações. Dra. JANAÍNA fez os esclarecimentos solicitados pelo Conselheiro LUIZ ANTONIO BUENO LOPES através de e-mail, explicou que vale lembrar que o contrato de gestão continua o mesmo, que é o contrato 001 de 2018, que tem vigência de vinte anos, explicou que a cada ano esse contrato pode ter termos aditivos adicionados, inclusive com aumento de repasses e repactuações, explicou que o que foi assinado foi um Termo Aditivo do Contrato baseado no Regimento Interno, no Estatuto o Art. 14 diz “poderá o presidente decidir sobre matérias relevantes e urgentes ad referendum do Conselho de Administração, as decisões ad referendum deverão ser submetidas ao Conselho de Administração na primeira reunião subsequente “que é esta”, a decisão do presidente poderá ser referendada pelos conselheiros por meio eletrônico também, foi demonstrado alguns dados de quadro de pessoal, números gerais das unidades do IGESDF. Na seqüência, a Dra. JANAINA apresentou o detalhamento dos repasses, ressaltando os atrasos no recebimento. Dando prosseguimento, mostrou gráficos estatísticos dos investimentos. Demonstrou também, as análises dos indicadores de produção, apresentou o painel sintético do desempenho, metas de produção, demonstrando os percentuais de indicadores. O Conselheiro LUIZ ANTONIO verificou que segundo gráfico houve um salto de



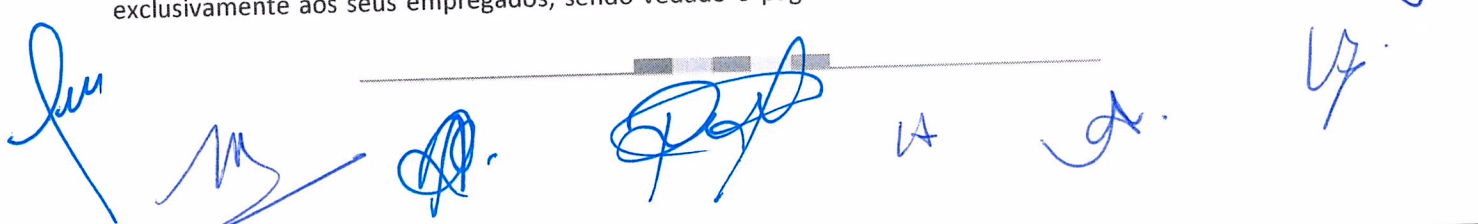
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

mais de cem por cento em “consultas de profissionais especializados” o Dr. SERGIO esclareceu que as AIHS têm uma dinâmica de apresentação, a primeira apresentação pode ser em até três meses, se houver glosa por algum motivo pode ser reapresentada por até seis meses, então de um período para o outro pode ter essa variação; Dra. Janaína falou que o percentual de suspensão de cirurgia ainda está alto, mas que tem feito um trabalho específico dentro do centro cirúrgico com revisão dos processos e ações para baixar, chegou a ser ano passado em torno de vinte e cinco por cento e agora estão verificando uma melhora, então o PRESIDENTE do Conselho informou que o percentual de suspensão de cirurgia foi uma preocupação no início do ano quando teve uma solicitação por parte do governador de que deveriam estar fazendo mais cirurgias para atender principalmente os pacientes eletivos do que os emergências, explicou que o mínimo que se foi feito já melhorou muito a questão de atendimento de pacientes eletivos, falou que hoje o Ministério da Saúde tem um incentivo a todos os estados que tem essa prerrogativa de estar atendendo os pacientes eletivos também e não deixar apenas os pacientes emergenciais, disse que os trabalhos podem melhorar ainda mais e que sabem o caminho. Dr. TADEU PALMIERI perguntou quem fez o cálculo da taxa de faturamento Hospitalar, a Dra JANAÍNA respondeu que foi a equipe do faturamento, Dr. TADEU explicou que a taxa estava muito alta, o PRESIDENTE explicou que ainda é o TrakCare, mas quando o MV começar a funcionar todos notarão uma grande diferença, Dra. JANAINA concordou com Dr. TADEU, falou que ali existem os dois dados computados, internação e ambulatorial, Dr. TADEU disse que o faturamento ambulatorial sempre foi maior, pois ele é mais fácil de calcular, mas dentro de hospitais os gastos são sempre subfaturados então disse que melhorou bastante, pois quase dobrou de janeiro até abril. A Dra. Continuou fazendo suas explicações informou que foi definida a missão, visão e valores para o IGESDF que são: Missão: Gerir estrategicamente o serviço de alta e média complexidade no Distrito Federal; Visão: Ser um complexo de saúde pública referência em média e alta complexidade que melhor cuida de pessoas no Brasil; Valores: Respeito à dignidade humana, segurança, excelência, espírito de corpo e transparência; terminada as explicações sobre os questionamentos a Dra. seguiu para a Pauta da Reunião. “Termo Aditivo”, os Conselheiros foram informados do teor do Terceiro Termo Aditivo que se tornaram públicos, então apresentou todas as cláusulas, o Conselheiro RAIMUNDO perguntou quais as unidades foram incluídas no Termo, Dra JANAÍNA informou que foram o Hospital de Santa Maria e as seis UPAs. O Conselheiro TADEU pediu que explicasse melhor a questão da Cláusula Nona inciso XV que diz “o contratado poderá alocar no máximo setenta por cento dos recursos públicos repassados com base neste contrato de gestão com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagem de qualquer natureza, a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores cedidos, não se computando nesse percentual os custos de responsabilidade da contratante”, Dra. JANAÍNA respondeu que significa que o pessoal cedido, ou que faz preceptorial, ou que tem carga horária parcial, todo custo de pessoal que é relativo à contratante esse valor tem que ser devolvido, ou seja, que não deve ser deduzido do valor repassado para o Instituto, ele também não pode estar contabilizado dentro desses setenta por cento, explicou que esse texto foi para deixar mais claro, continuou suas explicações acerca do Terceiro Termo Aditivo, quando o conselheiro LUIZ ANTONIO disse não ter ficado claro para ele o Inciso V da Cláusula Décima Primeira sobre o reajuste automático, Dra. JANAÍNA explicou que foi aprovado no Regulamento de Contratações, que poderia haver um reajuste automático, porém o conselheiro disse que isso mereceria uma discussão do Conselho com relação ao Estatuto, que não manifestaria se era contra ou a favor do reajuste automático, disse que esse não é o instrumento correto para colocar reajuste automático para a Diretoria Executiva, que o Conselho pode fazer uma alteração no estatuto em um segundo momento e se todos concordarem, mudarem o Estatuto, então a Dra. Janaína disse que teremos outra reunião para discutir a proposta de nova estrutura considerando toda essa ampliação que tiveram de unidades e as novas demandas, falou que será necessária uma reformulação da estrutura que foi previamente aprovada



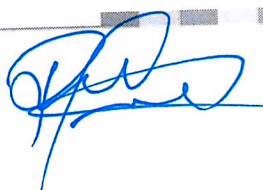
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

pelo Conselho, pois aprovaram até o nível de diretoria e agora foi detalhado considerando a experiência vivida na prática e também a tabela de salários, continuou as explicações das próximas cláusulas, o Conselheiro LUIZ ANTONIO verificou com relação à residência médica que houve uma queda se comparada ao ano anterior, então Dra. Janaína e o Dr. EVERTON explicaram que pode ter uma oscilação no número de vagas, pode acontecer de não preencher o total de vagas, e ressaltaram que deixaram de ter todas as especialidades pediátricas, pois a pediatria foi para o HCB, inclusive a cirurgia pediátrica, portanto essas vagas foram para lá. Dra. JANAÍNA continuou suas explicações, falou do Hospital de Santa Maria, disse que como estão entrando com os trabalhos agora tem um número menor de indicadores, pois ela não tem tantas informações como gostariam, sendo assim o estabelecimento de metas foi pactuado de acordo com a produção dos anos anteriores, o conselheiro TADEU disse que a meta de cirurgia programada era muito baixa, a Dra. Janaína informou que colocou de acordo com aquilo que constava lá e não sou especificar exatamente, disse que era baixa mas que como não tem o histórico não poderia inventar um número, tiveram que se basear naquilo que tinham de registro, continuou falando do TI e transmitindo outras informações, explicou que as UPAs tem os mesmos indicadores e que as metas variam de acordo com o histórico de produção que tinham em cada uma delas, atendimento de urgência com observação de até 24 horas, número de atendimento médico e o acolhimento com a classificação de risco, então o conselheiro LUIZ ANTONIO disse sobre a meta da UPA de São Sebastião que consta na apresentação, que o atendimento de urgência com observação de 24 horas era de vinte e oito mil, praticamente igual ao número de atendimentos médicos com somente 14 leitos (10 da sala amarela e 4 da sala vermelha), seria necessário cinco atendimentos a pacientes por dia para atingir essa meta e isso ficou muito acima das outras UPAs que tem o mesmo número de leitos, então Dra. Janaína disse que poderia ser um erro de digitação, agradeceu ao conselheiro por verificar o erro, o conselheiro LUIZ ANTONIO disse que nos dados da UPA de Samambaia se via acolhimento com classificação de risco 2354, disse que também estavam com erro e isso foi confirmado pela Dra. Janaína, o conselheiro pediu para tomar cuidado com as informações erradas e verificou que o erro foi para o anexo, Dra. Janaína disse que pediria para fazer a correção e continuou suas explicações acerca do Termo Aditivo explicando que uma questão importante é o projeto de habilitação da UPA de Sobradinho que não tem habilitação como UPA junto ao Ministério da Saúde, a UPA Ceilândia perdeu a habilitação desde agosto de 2016 e as outras quatro UPAs estão com as habilitações suspensas desde dezembro de 2018 e estão esperando receber do Ministério da Saúde os quesitos de adequação necessária, então o Conselheiro Luiz Antônio disse que verificou que a única ação de melhoria para a avaliação da UPA foi criar o plano, então Dra. Janaína explicou que não recebeu a tempo o que estava faltando, o que estava impactando a ação e falou que não entende por que a UPA de Sobradinho, que já existe há vários anos nunca foi apresentada diante do Ministério da Saúde, que já existe a mais ou menos cinco anos e nunca foi credenciada ao Ministério da Saúde, nunca foi nem dada a entrada, disse que não recebeu as informações a tempo, então o Conselheiro LUIZ ANTONIO disse que deveria ser colocado como ação a reabilitação, o PRESIDENTE então disse que devem conseguir fazer as habilitações bem rápido, explicou que tem novos projetos e prima pela inovação e coisas muito produtivas dentro da Secretária, disse que pelo IGESDF é muito mais fácil para fazer isso, então o Conselheiro LUIZ ANTONIO falou que ficou uma meta muito modesta e espera que seja atingida em cem por cento, Dra. Janaína disse que havia terminado a apresentação, então o conselheiro LUIZ ANTONIO falou do anexo ao termo aditivo Anexo 1, página 42 e 63, critérios e parâmetros de avaliação do HB e HSM que diz: "o alcance do conceito ótimo ou bom do HBDF-IGESDF, na avaliação do Contrato de Gestão, implicará o pagamento proporcional da parcela variável do orçamento, no limite de até cinco por cento. A parcela variável do orçamento transferida ao IGESDF poderá ser utilizada, pelo HBDF, para fins de pagamento de remuneração variável, exclusivamente aos seus empregados, sendo vedado o pagamento aos servidores a ele cedidos pela SES-



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

DF" disse que se repete no Hospital de Base e no Hospital de Santa Maria, porém não se repete nas UPAs, ressaltou a necessidade de uniformizar isso, frisou a necessidade de padronizar esse incentivo; Dr. TADEU disse que na UPA do Recanto das Emas tem trinta por cento a mais de funcionários que nas outras UPAS, perguntou qual o critério utilizado, a Sra. VALDA Superintendente de Desenvolvimento de Pessoas explicou que foi feito um dimensionamento considerando o número de leitos, as características da região, explicou que o processo ainda não terminou e estão usando o caráter mais técnico possível. Dr. TADEU perguntou se existe um projeto de tirar todos os estatutários das UPAS, o Dr. SERGIO disse que existem dois movimentos coordenados, explicou que teve um período que abriram o sistema para que os servidores fizessem a adesão à ascensão ao IGESDF e de cerca de três mil e duzentos estatutários que tinham nas UPAs, mil não quiseram ser cedidos ao IGESDF, pedindo remoção, para que ocorra a remoção desses servidores o IGESDF precisa fazer o provimento que é coordenado pelo Rh do IGESDF conjuntamente com a Subsecretaria de Gestão de Pessoas, do ponto de vista de gestão SES não há perspectiva de remoção dos servidores nem da UPA, nem do Hospital de Santa Maria, os servidores que fizeram a adesão pela ascensão serão cedidos ao IGESDF. Dr. TADEU disse que é necessária uma estatística melhor e mais confiável em relação a sistema que informa número e classificação de cirurgia, por que o sistema atual TrakCare não informa e espera que o MV resolva essa situação, Dra. JANAÍNA disse que estão tentando melhorar essa dificuldade, disse que internamente já estão monitorando esses indicadores, que ainda não colocaram no Contrato de Gestão por que ainda está muito frágil, disse que estão tentando criar uma Série Histórica dentro do Hospital de Base, para detalhar o porte da cirurgia, bem como tipo de atendimento ambulatorial, especialidades, Dr. TADEU disse que pode ser feito até no Excel para ser mais confiável, Dr. SERGIO acrescentou que realmente é uma dificuldade que se tem na estrutura dada a conjuntura da capacidade de faturamento, por que o sistema por si só não vai dar esses indicadores se não for devidamente alimentado, do ponto de vista da classificação aos códigos vinculados aos procedimentos, conseguimos ter um detalhamento, o que ocorre é sistêmico na Gestão Pública diferente da Instituição privada filantrópica contratualizada que recebe mediante ao faturamento, ela fatura por que é condição que ela tem pra respectivamente receber o recurso, na gestão pública infelizmente existe essa lógica de não faturar, pois pensam que já recebem o recurso, continuou a explicar como tem funcionado e que isso prejudica até mesmo os repasses, informou que quando pegam o recurso de transferência federal que tem vinculação com produção isso gera uma dificuldade grande do ponto de vista de planejamento desses indicadores, que precisam avançar nisso e assim faturar adequadamente para ter perspectiva até de crescimento do orçamento, o PRESIDENTE acrescentou que a luta hoje é conseguir executar o dinheiro que recebe sem utilizar a fonte cem, utilizando a fonte um três oito e deixar a fonte cem para investimento; Dra. JANAÍNA disse então em relação as metas que elas estão corretas pois estão baseadas nos registros de 2016, 2017 e 2018, disse que é plantonista, cardiologista e que quando atende no Hospital de Base coloca atendimento de urgência em atenção especializada, disse que isso é uma escolha do profissional, é uma forma de registro, o médico escolhe entre atendimento de urgência em atenção especializada ou atendimento médico em UPA 24 horas, então terão que reforçar a mudança, disse que ao invés de mudar metas tem que explicar por que não está atingindo, então a Dra. Disse que verificou que só classificaram os pacientes que foram internados; Dr. LUIZ ANTONIO disse sobre a meta de acolhimento de classificação de risco da UPA de Samambaia, que foi estabelecida em 2354 atendimentos, representa cerca de nove por cento do número estabelecido como meta para os atendimentos médicos da UPA, o que está muito aquém do que seria adequado, Dra JANAÍNA disse que os registros anteriores foram feitos equivocadamente, então Dr. LUIZ ANTONIO disse que é preciso um treinamento para capacitar o pessoal a registrar adequadamente para ter o mínimo de avaliação em relação aos atendimentos, o Sr. AGUIAR explicou que a atenção primária gasta muito com pessoal e fez uma explicação adequada em relação aos repasses e dificuldades que prejudicam a execução

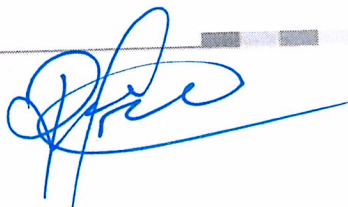


A



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

financeira e orçamentária. Dr. LUIZ ANTONIO fez outra colocação que se encontra na página seis do Termo Aditivo item seis. 6.2 Parágrafo único, inciso XIII “Os servidores estatutários cedidos e celetistas do IGESDF poderão exercer atividade de preceptor e docência dos programas da CONTRATANTE independente da função exercida no CONTRATADADO”; disse que ficou preocupado com o desvio de função, então o Dr. EVERTON explicou que os requisitos de seleção cabem ao instrumento utilizado pelo processo seletivo ou segundo a sua carreira de profissional cedido pela secretaria de saúde, então Dra. ANA CAROLINE complementou explicando que a portaria da SES fala que os preceptores não podem acumular essa função com cargo e comissão ou função comissionada ou gratificada, só que no IGESDF por ser uma pessoa jurídica de direito privado não detém cargos e comissões as pessoas são diretamente contratadas via CLT para aquele cargo, então essa portaria de não se cumular não se aplica ao IGESDF, Dr. LUIZ ANTONIO ficou satisfeito com a resposta solicitou a continuidade da palavra – Questionou a indicação do Dr. Francisco no Conselho de Administração da Novacap – Disse que em nosso Estatuto tem o Art. 57 que diz o seguinte: “Fica vedado o acúmulo de cargo da Diretoria Executiva com qualquer outro de natureza política ou diretiva de entidades públicas ou privadas de qualquer ente da Federação” Pediu um parecer da assessoria de Compliance ou da Assessoria Jurídica, Dr. WANDERLEY falou que a função do Dr. Francisco no Conselho não é diretiva, a função de conselheiro na Novacap é consultiva assim, posto, não há nenhuma objeção legal para permanecer naquela função, concomitantemente, com a de diretor presidente do IGESDF, o Sr. Superintendente de orçamento Sr. AGUIAR falou que atualmente (até esta data) é o presidente do Conselho da NOVACAP, disse que ele está como conselheiro, ou seja, membro “consultivo” e não diretivo – DR. LUIZ ANTONIO SOLICITOU UM PARECER JURÍDICO SOBRE A QUESTÃO COM VISTAS AO ESTATUTO DO IGESDF; o presidente do Conselho Dr. OSNEI acatou a solicitação do Conselheiro e o parecer jurídico, com vistas ao nosso Estatuto. O Conselheiro SÉRGIO falou sobre repasses, explicou que o extrato já está pronto e foi repassado hoje, na seqüência, o PRESIDENTE disse que estamos numa sessão deliberativa, sendo assim colocou em votação a pauta – o Conselheiro LUIZ ANTONIO pediu para acrescentar ressalvas. O Conselheiro MARCOS falou que é importante se pensar que ao elaborar documentos oficiais não colocar as palavras, nunca, sempre, exclusivamente, como foi usado na página 42, pensar em não utilizar essas palavras. Finalizadas as discussões o Presidente pediu a palavra, abriu a votação para aprovar e finalizar a discussão acerca do Terceiro Termo Aditivo que foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros: JOSÉ TADEU DOS SANTOS PALMIERI, LUDMILLA FIGUEIREDO DE LIMA, SÉRGIO LUIZ DA COSTA, MARCOS DE SOUSA FERREIRA, WANDERLEY FERREIRA NUNES, EDUARDO REGIS MELO FILIZZOLA, NILCEU JOSÉ OLIVEIRA, o conselheiro LUIZ ANTONIO BUENO LOPES votou pela aprovação com ressalvas (a cláusula de reajuste automático dos membros da Diretoria Executiva sem que esse tipo de reajuste esteja contemplado no Estatuto, as metas inadequadas para avaliação das UPAs, a previsão para utilização da parcela variável do orçamento – cinco por cento – para fins de pagamento de remuneração variável aos empregados do HBDF e do HRSM, mas não para as UPAs), o presidente informou que estiveram ausentes o Sr. RAIMUNDO NONATO LIMA – Suplente da Sra. LOURDES CABRAL PIANTINO, que teve de se ausentar e o Dr. WAGNER DE JESUS MARTINS que não estava com seu suplente presente. O Presidente colocou em votação a proposta para uma Reunião Extraordinária quinta-feira dia quatro de julho de dois mil e dezenove, para discutir a Nova Estrutura do IGESDF e a Tabela Salarial, a proposta foi aprovada por unanimidade, sendo decidida a data da próxima Reunião Extraordinária. A Conselheira LUDMILLA solicitou o valor de ajuda de custo, no valor de cem reais por conselheiro como consta em Ata. Dr. OSNEI OKUMOTO presidente do Conselho encerrou a reunião às 18h05min. Eu, ROSIANE WEKERLIN GONÇALVES PACHECO, Secretária Executiva do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, lavrei a presente ata, assinada por mim, pelos membros e pelo presidente do Conselho de Administração.



Osnei Okumoto
OSNEI OKUMOTO
Presidente do Conselho de Administração
Secretário de Estado e Saúde do Distrito Federal

2º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
CRS 504 BL A Lojas 07/08 - Asa Sul
Brasília/DF - Tel: 61 3214-5900
Oficial: Jesse Pereira Alves

Apresentado e registrado sob nº000110990
Anotado a margem do registro nº000007764
livro e folha A062-168 em 09/08/2019.
Selo Digital: TJDFT201902201320610JVA
Para consultar o selo, acesse
www.tjdft.jus.br.

José Jorge Quirino de Souza
José Jorge Quirino de Souza
Escrevente Autorizado

Rosiane Wekerlin Gonçalves Pacheco
ROSIANE WEKERLIN GONÇALVES PACHECO
Secretária Executiva do Conselho de Administração

Luadmiria Siqueira de Lima
Wendelly Ferreira Nunes

Eduardo Filizzola
EDUARDO FILIZZOLA

Luiz Antonio Wisniewski

[Handwritten signature]
FEPECS
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]